

ANC Caderno 12 Economia

Negociar é preciso

Luiz Antônio de Medeiros

O movimento sindical sempre teve uma alergia especial pela palavra pacto porque ela tem sido utilizada como um biombo para as modificações na política salarial. Quase uma ameaça. Primeiro se acenava com os perigos da hiperinflação, caso os salários não fossem indexados. Depois, sem consulta aos trabalhadores, baixavam-se decretos-leis (2012, 2020, 2024, ou 2036) até chegar na URP. Por isso eu nunca morri de amores por esta palavra.

Tendo assumindo a responsabilidade de presidir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, vendo fracassar sucessivamente o Plano Cruzado e o Plano Bresser, sentindo os efeitos devastadores da moratória — “estelionato eleitoral” — sobre a credibilidade do governo, cheguei à conclusão de que poderíamos caminhar para um estado de instabilidade e governabilidade inaceitável. Nem eu nem o meu sindicato poderíamos nos omitir. Decidimos então lançar duas pontes para o entendimento: uma em direção à Constituinte e outra em direção ao governo de São Paulo, quando nos convidou juntamente com o Magri e líderes empresariais paulistas, para pressionarmos o governo Sarney para uma direção positiva (falava-se no fim da URP e dos subsídios populares, como o do trigo). Com essas duas pontes assumimos nossas responsabilidades e entramos de cabeça no pacto, ou melhor, nos pactos que tornam o país governável: o constitucional e o antiinflacionário.

Ninguém, e muito menos qualquer investidor, pode agora colocar em dúvida a vocação liberal democrática dos brasileiros porque está escrita na nova Carta Magna, o pacto dos pactos, a regra das pedras, a linha mestra e o próprio contexto de qualquer outro pacto menor, como o pacto antiinflacionário que buscamos. Alguns privilégios estão descritos nas disposições transitórias, mas o estado paternalista e concentrador de rendas está irremediavelmente condenado. Os sindicatos serão agora únicos, confederados e livres da tutela estatal, tal como pretende a nova CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) e ao contrário do que busca a CUT, quando pede o seu reconhecimento a um ministério institucionalmente enfraquecido.

A maioria de cada categoria profissional organizará automaticamente o seu sindicato confederado e a livre reunião dessas confederações será a coisa mais aproximada de uma central para nos representar com exclusividade. A nova Constituição veda outros caminhos e a prática política o confirmará.

Já o pacto anti-inflacionário segue outros rumos. Após a primeira tentativa patrocinada pelo governador Orestes Quércia, um agudo problema de caixa no governo da União evidenciou o que o presidente Sarney chamaria mais tarde de “crise do estado”. Os entendimentos permitiram formar um consenso para o combate prioritário ao déficit público, mais ao

mesmo tempo nos fizeram perceber que articula-se uma política sem consistência teórica e profundidade discriminatória em relação aos trabalhadores. No rastro da suspensão da URP para os funcionários viria a sua supressão para todos os trabalhadores e seriam cortados os subsídios para o consumo popular. Não deu outra. Por isso tivemos que transformar o encontro da Granja do Torto em um campo de batalha na defesa da URP e de restrições a contenção desumanizada das despesas da administração pública, particularmente as de custeios e de investimentos. Asseguramos a URP para o setor privado, mas tivemos que sair dali para ajudar o Magri e outros companheiros a organizar sua defesa nos serviços essenciais. Perdemos a batalha pelo corte amplo de subsídios: somente os consumidores de trigo pagaram a conta. O diálogo do Torto valeu porque também foi franco e esclarecedor.

De lá para cá, a Constituinte ocupou o centro dos interesses, muitas vezes separando o que a Granja do Torto uniu. O conflito entre o setor fisiológico e os ministros da área econômica foi tomando forma definitiva, da mesma maneira que as divergências entre a União e a Federação. As relações com os credores foram se normalizando, bem como crescendo o interesse pela conversão da dívida externa em capital de risco até entre os mais ortodoxos banqueiros. E, apesar da redução do déficit público e da URP seguir perdendo para os preços, chegamos a traumática inflação de julho: 24%. As discussões entre os empresários paulistas e trabalhadores, na Federação do Comércio, continuaram presas a concepções pouco satisfatórias da relação entre o déficit público e a inflação.

Com o choque de julho pudemos sentir no meio empresarial um verdadeiro temor (para não dizer pânico) da hiperinflação. Fenômeno que se repetiu com a aprovação do tabelamento de 12% para os juros na Constituinte, embora este clima tenha arrefecido com os 21% da inflação de agosto. Essa variação de comportamento empresarial fez alguns companheiros pensarem que a inflação é por eles desejada e a hiperinflação temida. O fato é que o pânico fez circular na praça idéias melhores para se combater a inflação, com as quais não apenas concordamos mas ajudamos também a aperfeiçoar. O processo de desestatização e de privatização em curso, por exemplo, se não estiver contido numa política de redefinição progressiva do papel do estado brasileiro, poderá nos conduzir a perdas irreparáveis de patrimônio e atrasos irre recuperáveis no setor de infra-estrutura. É fundamental situá-lo nos quadros de uma política de conversão da dívida agressiva e prudentemente dirigida. Particularmente quando se trata de grandes empreendimentos siderúrgicos (diferentes de celulose e outros como vimos na Cofave capixaba), não ajustados ao potencial dos nossos empresários.

É óbvio que tudo isso se entrelaça com o esforço exportador. E mais ainda com esforços na atualização da nossa infra-estrutura. São

negócios gigantescos e de múltiplas repercussões, principalmente se considerarmos o tamanho do deságio com que a nossa dívida é negociada. Logicamente o Congresso Nacional será o juiz dessa política e saberá estabelecer parâmetros morais e eficazes a esses empreendimentos. Isso implicará o mais intenso entendimento dos operadores (empresários) com os reguladores (legisladores), funcionários e nós, sindicalistas.

Na questão da desindexação da economia, particularmente dos salários e preços, os trabalhadores são operadores e agentes diretamente interessados. Mas, também aí, o Congresso será o fórum melhor dos debates e decisões. É necessário muita discussão, muita transparência e muito entendimento.

Além dessas grandes questões de política econômica, existem outras igualmente importantes que o governo — entendido agora como a unidade entre o executivo e o parlamento — terá que resolver com o respaldo das forças sociais. Um exemplo é a política monetária representada na maneira de usar o tabelamento dos juros decididos pela constituinte. Essa política, como as demais, para ser aplicada com eficiência exige apoio popular e um pacto legitimador entre pelo menos os trabalhadores e empresários dos diversos setores econômicos. Mas essa discussão não pode ficar restrita a esses grupos. Ela deve se estender a toda sociedade, comprometendo o máximo de brasileiros. É claro que não temos ilusões de que todo mundo saberá colocar o interesse do país acima dos seus legítimos interesses de grupo ou partidários. Ainda mais durante um período em que ocorrem as eleições municipais e articula-se o mais esperado pleito de todos os tempos: a eleição direta do presidente da República. É possível que vários agrupamentos abandonem as negociações ou mesmo nem cheguem a participar delas por conta desses interesses. Talvez não queiram participar do pacto porque eventualmente o entendimento pode contribuir para o fortalecimento do governo Sarney. Sabemos disso, mas da nossa parte esse não é um problema. Ao contrário, se o pacto elevar a credibilidade do presidente e fortalecer as instituições democráticas, ele estará cumprindo um importante papel. Não apenas porque se isso acontecer será em função da satisfação popular, mas também porque não poderemos acertar a economia e levar aos investidores a indispensável confiança empreendedora se a autoridade não estiver prestigiada. Por isso não tememos o pacto.

O meu sindicato e a Confederação dos Metalúrgicos, que tenho a honra de presidir, apostam, por isso, no entendimento entre todas as forças democráticas do país, porque sabemos que os interesses dos trabalhadores e da nação não serão incompatíveis e sim identificados. E nós colocados esses interesses acima de qualquer outro, por mais legítimos que os outros sejam.

Luiz Antônio de Medeiros é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

17 OUT 1988

JORNAL DO BRASIL